



Notícias em destaque

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

6/6/2013

A Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural participou, nos dias 05 e 06 de junho, de evento sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, realizada pela Fundação Darcy Ribeiro em parceria com a Fundação Nacional do Índio – Funai, no âmbito da Semana do Meio Ambiente 2013.



Com o título "PNGATI – O Compromisso da Implementação", o Seminário teve como objetivo apresentar as ações e experiências desenvolvidas pelos órgãos governamentais, pela sociedade civil organizada e pelos povos indígenas, que contribuem para o fortalecimento da gestão territorial e ambiental das terras indígenas.

A PNGATI inclui Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, que partem da compreensão de que o modelo utilizado pelo Estado, que delimita os territórios indígenas em áreas demarcadas, bem como as frentes de desenvolvimento econômico do país, vem acarretando modificações significativas no padrão de uso e ocupação dos territórios e de utilização dos recursos naturais, na organização social desses povos e na sua relação com outros povos, com a sociedade envolvente e com o meio ambiente. Essas modificações trazem novos desafios tanto aos povos indígenas quanto aos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas voltadas para eles.

A participação do Ministério da Cultura, por meio da SCDC, aconteceu na Mesa Redonda sobre PNGATI e Etnodesenvolvimento, realizada na quinta-feira, dia 06. A Assessora da SCDC, Giselle Dupin, discorreu sobre a importância dos conhecimentos tradicionais para o Etnodesenvolvimento, e lembrou que a conscientização de que é preciso acentuar a dimensão humana do desenvolvimento é uma tarefa para a Cultura. Ela apresentou alguns marcos legais, principalmente da área da cultura, que reconhecem como tecnologias os saberes, fazeres e modos de vida das populações indígenas, tais como a Convenção da Biodiversidade (ONU, 1992); Declaração da Diversidade Cultural (Unesco, 2001); a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Unesco, 2003); Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (Unesco, 2005); a Carta Cultural Iberoamericana (OEI, 2006); e a legislação de acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios, especialmente a Medida Provisória 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que não apenas reconhece o direito das comunidades indígenas e das comunidades locais para decidir sobre o uso de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, como garante o direito das comunidades indígenas e comunidades tradicionais receberem os parte dos benefícios pela exploração econômica de seus conhecimentos tradicionais associados a patrimônio genético.

O evento foi realizado no Memorial Darcy Ribeiro, no Campus da UnB. Participaram das quatro mesas redondas e três painéis de experiências representantes de diversas outras organizações governamentais – como Funai/MJ, MDS, MMA e Secretaria de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República –, de instituições de pesquisa e de organizações indígenas.

(Texto: Giselle Dupin - SCDC/MinC)

(Foto: acervo PNGATI)

Tweet

06/06/13